



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Estado de São Paulo

LEI Nº 2.039, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

(DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR ADJUNTO NO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE ITAPEVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

DRA. MARIA RUTH BANHOLZER, Prefeita do Município de Itapevi/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER - que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados no Quadro do Magistério Público Municipal de Itapevi, 400 (quatrocentos) cargos efetivos de Professor Adjunto, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial.

§ 1º - O Professor Adjunto atuará prioritariamente na substituição de qualquer natureza do Professor CL1, CL2 ou CL4 e nas atividades de reforço e recuperação contínua e paralela.

§ 2º - No Ensino Fundamental e na Educação Especial, o Professor Adjunto poderá atuar nos projetos e programas específicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 3º - A forma de provimento, atribuições, responsabilidades, direitos e deveres do cargo de Professor Adjunto são equivalentes às do cargo de Professor, conforme estão estabelecidas na Lei Nº 1.560, de 14 de junho de 2002 - Plano de Carreira e de Vencimentos do Quadro do Magistério Público Municipal de Itapevi.

Art. 2º - O Quadro do Magistério Público Municipal de Itapevi passa a ser composto pelos cargos efetivos de Professor e de Professor Adjunto, bem como pelos cargos efetivos de suporte pedagógico e pelos cargos de provimento em comissão,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Estado de São Paulo

que são distribuídos numericamente por áreas de atuação e de especialização profissional.

Parágrafo único - As funções temporárias para substituição docente deixam de compor o Quadro do Magistério Público Municipal de Itapevi.

Art. 3º - A jornada de trabalho do Professor Adjunto será de 30 (trinta) horas semanais, constituída de 25 (vinte e cinco) horas de trabalho em sala de aula, 3 (três) horas de trabalho pedagógico coletivo - HTPC e 2 (duas) horas de trabalho pedagógico livre - HTPL, em conformidade com a Lei nº 1.560 de 14 de junho de 2002.

Parágrafo único - O Professor Adjunto poderá exercer carga horária suplementar de trabalho em conformidade com a Lei Nº 1.560, de 14 de junho de 2002.

Art. 4º - O vencimento base do cargo de Professor Adjunto referente à jornada de 30 (trinta) horas semanais representa 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento base do cargo de Professor CL1, CL2 ou CL4 com equivalência à jornada de 30 (trinta) horas semanais, conforme consta no Anexo I, desta Lei.

§ 1º - Se durante o mês de referência o Professor Adjunto tiver exercido a substituição docente em período superior a 15 (quinze) dias, a partir do 16º (décimo sexto) dia de exercício docente, perceberá o valor correspondente à carga horária trabalhada equivalente a cada um desses dias.

§ 2º - Para fins da retribuição pecuniária prevista no § 1º, será utilizado para o cálculo das horas trabalhadas o mesmo disposto para o cargo de Professor CL1, CL2 ou CL4, conforme consta na Lei Nº 1.560, de 14 de junho de 2002.

§ 3º - Aplica-se ao cargo de Professor Adjunto, naquilo que couber, os dispostos nos Capítulos VI e VII da Lei Nº 1.560, de 14 de junho de 2002, que tratam da Escala de Vencimentos e dos Vencimentos, respectivamente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Estado de São Paulo

Art. 5º - Ao cargo de Professor Adjunto aplica-se a evolução funcional do cargo de Professor que consiste na promoção vertical e horizontal, em conformidade com o Capítulo IX, Seções I, II e III, Anexo I e Tabela Salarial do Grupo 1 constantes da Lei Nº 1.560, de 14 de junho de 2002.

Art. 6º - Em relação à atuação do cargo de Professor Adjunto, caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I - fixar o módulo quantitativo necessário para a distribuição dos Professores Adjuntos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;

II - designar os postos de trabalho para o Professor Adjunto, promovendo inclusive o remanejamento a qualquer momento, a fim de atender as necessidades específicas da Rede Municipal de Ensino; e

III - expedir normas regulamentadoras para o exercício das funções de Professor Adjunto.

Art. 7º - Faz parte integrante desta Lei, para todos os efeitos e fins, o Anexo I.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações decorrentes da implantação desta Lei, especialmente no que se refere aos critérios previstos no anexo de metas fiscais, constantes da Lei Municipal nº 1.952, de 07 de Julho de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2010.

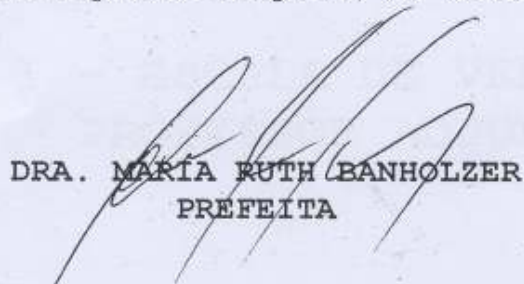
Parágrafo único - Na elaboração do orçamento, inclusive para os exercícios subsequentes, o Poder Executivo, adotará as medidas necessárias ao atendimento do disposto na Lei Complementar Nacional Nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial o Artigo 5º e o Capítulo VIII da Lei Nº 1.560, de 14 de junho de 2002.




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Estado de São Paulo

Prefeitura do Município de Itapevi, 20 de outubro de 2010.


DRA. MARIA RUTH BANHOLZER
PREFEITA

Publicada, no Diário Oficial do Município de Itapevi,
afixada no lugar de costume e registrada em livro
próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos
20 de outubro de 2010.


DR. JURANDIR SALVARANI
SECRETÁRIO DE GOVERNO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Estado de São Paulo

**ANEXO I - ESCALA DE VENCIMENTOS -
PROFESSOR ADJUNTO**

CARGO	NÍVEL 1
PROFESSOR ADJUNTO - CL1	1.000,14
PROFESSOR ADJUNTO - CL2	1.440,20
PROFESSOR ADJUNTO - CL4	1.440,20